

A FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO *

NOTA PRÉVIA

O teor do artigo que aqui publicamos, e o motivo pelo que o inserimos na Revista de Filosofia da Faculdade de Letras do Porto, merece uma prévia explicação.

Nos dias sete, oito e nove de Abril de 1993, realizaram-se, em Évora, as *I Jornadas Nacionais de Filosofia*, intituladas *A Filosofia e o seu Ensino*, sob o patrocínio da *J. N. I. C. T.*

Numa altura em que o desaparecimento do ensino da filosofia a nível dos estudos secundários parecia eminente entre nós; numa altura que se repunha a questão da especificidade do saber filosófico, do *porquê* e do *para quê* da sua inserção nos *curricula* académicos; numa altura em que se reequacionava a questão da necessidade de reformulação dos programas de filosofia, a nível do secundário e complementar, estas *Jornadas Nacionais* revestiram-se da maior importância, oportunidade e premência. Com efeito, congregaram professores universitários e liceais de todo o País, e as suas conclusões revestiram-se do maior relevo.

Foi justamente na segunda parte destas Jornadas — dedicada à questão praxica — que o relatório por mim apresentado e que aqui se publica, se inseriu. Na primeira parte das Jornadas, incidiu-se preferentemente numa reflexão teórica sobre a filosofia, na sua compreensão essencial, e na sua relação com a ciência.

* Comunicação apresentada, em Évora, nas *Jornadas Nacionais de Filosofia* (7, 8 e 9 de Abril de 1989).

A minha comunicação reveste, pois, a forma de um relatório, ou seja, o relato sintetizado da minha experiência, quer como coordenadora, quer como docente de seminários e cursos de formação contínua, levados a cabo nas diferentes universidades portuguesas, e mais concretamente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tais actividades decorreram, ao abrigo de um protocolo assinado entre as universidades e o Ministério da Educação, como adiante se explicitará.

Na verdade, o Ministério propôs-se encetar, por período indeterminado, cursos de reciclagem para docentes liceais, sob a responsabilidade das diferentes secções de Filosofia das Faculdades de Letras do País, e a realizar nas próprias Faculdades.

Muito embora tal protocolo tenha entrado em vigor no ano lectivo de 1986-1987, mediante assinatura prévia pelo presidente do Conselho Directivo da F.L.U.P., por mim própria (como coordenadora), e pelo representante do Ministério da Educação, o que sim, é certo, é que tais cursos só funcionaram durante o ano lectivo acima referido, e com a colaboração de vários docentes da nossa Faculdade. Com efeito, os cursos e seminários, ainda que oficialmente criados, existentes, portanto, *de jure* (uma vez que nenhuma das partes explicitamente revogou o compromisso assumido), caducaram, na prática, nunca por ausência de responsabilização da Faculdade, que várias vezes fez notar a perplexidade de tão ambígua situação.

Mesmo assim, e a pedido da Escola Secundária Garcia de Orta, orientei, no ano lectivo de 1987-88, um curso de actualização do ensino da Filosofia, no âmbito da Filosofia Contemporânea.

Dada a forte insistência, por parte dos professores do Liceu, sobre a necessidade de cursos de formação, particularmente incidentes nos temas introduzidos nos programas do ensino complementar, decidiu o Ministério, de doze a dezasseis de Setembro de 1988, organizar umas Jornadas intensivas, nas diferentes Faculdades do País.

Coube-me a mim, na F.L.U.P., impartir tais cursos: organizar programa, dar aulas teóricas, seleccionar textos de apoio fotocopiados, bibliografia, etc. Tivemos uma centena de participantes, oriundos de todas as Escolas do Norte do País: Minho, Trás-os-Montes, Beiras.

Estes três anos de contacto quase diário com a realidade do ensino da Filosofia, a nível do ensino secundário e complementar,

facultaram-me uma preparação ajustada das virtualidades, carências, aspirações dos nossos companheiros, concretizada no grande desejo de ver institucionalmente viabilizada a sua permanente formação filosófica.

É este preâmbulo que dá sentido à inclusão da minha comunicação na Revista. E não só: com efeito, esperava-se a publicação, em actas, de todas as comunicações apresentadas em Évora nas *Jornadas de Filosofia*.

Por circunstâncias inerentes ao percurso então sofrido pela J.N.I.C.T. — alheio aos participantes e à organização — tal publicação não se efectivou, até ao momento.

Dado que o tema é da maior acuidade, por urgência da progressão na carreira docente, ao nível secundário; dada a importância que, a meu ver, a Universidade tem neste contexto, e o modo inequivocamente positivo como tem respondido, pareceu-me oportuno publicar o mencionado relatório. Volvidos que são mais de seis anos sobre o início destas iniciativas, a mais de quatro anos da apresentação deste documento, cobra, talvez, um maior relevo, a importância do seu conteúdo. Se, aquilo que nele se manifesta como vontade inequívoca, no âmbito da actualização do ensino da Filosofia, se tivesse implementado com normalidade e serena reflexão, muitos dos sobressaltos a que hoje assistimos, nesta matéria, se tivessem, talvez, evitado.

Quanto a mim, a principal conclusão deste trabalho está na massiva adesão, por parte dos docentes liceais, à formação contínua — de acordo com o inquérito por nós utilizado —. O contacto com centenas de participantes em cursos e seminários mostrou, sem dúvida, a necessidade de colmatar carências, mas também, reais potencialidades de crescimento, de aperfeiçoamento teórico e prático.

Não poderia omitir a ajuda que tive, por parte de muitos desses professores, designadamente no que respeita ao trabalho de testagem. Foram inquiridas dezenas de escolas da área do Grande Porto, a cujos Conselhos Directivos devo também uma palavra de agradecimento.

Para lá deste reconhecimento implícito, um explícito acto de gratidão à Dra. Filomena Tacha, à Dra. Maria Fernanda de Sousa Rio, à Dra. Maria de Lurdes Gomes da Silva, ao Dr. Miguel Leitão e ao Dr. Luís Lourenço que, mais de perto, comigo colaboraram.

1. O tema de que me vou ocupar reporta-se a um *aqui* e um *agora*, à oportuna urgência da institucionalização da formação contínua dos professores de filosofia do ensino secundário. Tentarei, neste sentido, um discurso preferentemente tópico, uma teorização sobre a experiência: a dos três últimos anos lectivos, rica e sintomática. Discurso prático, sem a veleidade de uma rigorosa sistematização da diversidade de sugestões decorrentes dessa experiência. Aprende-se a nadar, nadando ... ou, no dizer do poeta, *camínante, no hay camino, se hace camino al andar ...*; e o filósofo aconselhava a decisão fronética: *se quieres saber o que debes fazer, tens primeiro que fazer o que quieres saber*. Prosaicamente, diria: aprende-se a reciclar, reciclando.

É, nesta perspectiva, e de acordo com a sentença aristotélica, que vos proponho algumas reflexões resultantes do trabalho levado a cabo neste domínio. Não são conclusões dogmáticas, mas indicadores que veiculam as diferenças e os matizes de circunstâncias e situações concretas. Deixo-os, pois, à vossa consideração, para serem recriativamente considerados. Não se espere, portanto, um discurso apriorístico, assente em ideias ou supostos teóricos, mais ou menos utópicos, mais ou menos vulgarizados. De teorias acerca da formação contínua estamos todos suficientemente informados; o que importa é torná-las realidade efectiva e proveitosa, no nosso actual contexto. Aceite-se a proposição de um conjunto de conceitos, na acepção hegeliana do termo, isto é, de essências reconciliadoras com uma realidade dinâmica, em processo de desenvolvimento.

2. Envolvi-me nesta problemática pela seguinte circunstância: em *Agosto de 1986*, foi assinado um protocolo entre a Direcção-Geral do Ensino Secundário e as Faculdades de Letras, ao abrigo do qual se encetaria um programa de formação contínua dos docentes de filosofia do ensino secundário. Exerci, entretanto, as funções de coordenadora. Dos objectivos constantes no referido protocolo, destacaria:

— "Implementar a colaboração da Universidade no domínio do apoio científico à gestão dos programas de filosofia do ensino secundário";

— "Organizar diferentes modalidades de colaboração no domínio da formação permanente dos professores de filosofia do ensino secundário";

— "Estudar o modo de apoio à formação epistemológica de outros professores do ensino secundário".

Por razões estranhas à Universidade, destes objectivos, apenas se levou a cabo o segundo, e tão só num primeiro ano lectivo.

No que à experiência da Faculdade de Letras diz respeito — e designadamente às sessões de seminário que tive oportunidade de orientar —, é possível proceder ao seguinte balanço:

Da parte dos participantes, interesse e assiduidade, investigação pessoal e aturada, plasmada em trabalhos escritos, alguns deles publicáveis. Assim, o balanço foi positivo, e tanto mais de realçar quanto, ao não estarem estes cursos integrados no horário de trabalho normal dos participantes, foram estes obrigados a um considerável acréscimo de esforço, com prejuízo dos seus tempos livres. Só a título excepcional estas experiências são viáveis. No entanto, e apesar das dificuldades, o estudo realizado nesse ano em que o protocolo funcionou, deixou sedimentos e muito entusiasmo. Assim, instada com persistência a continuar, acedi a accessorar oficiosamente o grupo, agora, substancialmente aumentado. Da investigação realizada, destaco o *saber pelo saber*, uma vez que se não esperava a contrapartida do diploma ou dos créditos a contabilizar.

Os assuntos estudados visaram prioritariamente o preenchimento de lacunas, sem o que os docentes não poderiam responder aos requisitos de alguns dos temas dos programas que, ou mal se conhecem, ou se não têm devidamente aprofundado. Encontrei, nos participantes, uma grande adesão à formação permanente, bem como uma posição de *douta ignorância* manifestada com a maior simplicidade. Voltar a estudar é algo de gratificante, para quem se sente elemento repetidor de uns conteúdos decantados. O que acabo de referir constitui um desafio, motivo de reflexão e chamada à responsabilidade dos docentes universitários. Não nos podemos demitir da função insubstituível que nos cabe neste processo. A minha opinião viu-se, aliás, reforçada no passado mês de Setembro, com a afluência massiva, em tempo de férias, a um curso de

uma semana, com 6 horas de trabalho diário. Em suma, concluiria que a participação, a assiduidade, a atitude agradecida, são índices ineludíveis de que o professor do Liceu, em estrito dever de justiça, quer e tem direito à formação permanente.

O clima de espontânea convivencialidade, o regresso à Universidade — que nalguns casos se não visitava desde os tempos remotos da licenciatura —, o reencontro de antigos colegas e professores (muitos destes, por sua vez, também antigos colegas), quebraram as barreiras psicológicas entre os dois níveis de ensino, barreiras que infelizmente entre nós têm profundas raízes. Se queremos prosseguir numa formação contínua realista, é imprescindível que a universidade conheça a completa realidade das instituições de ensino secundário, sem prejuízo da autonomia dos respectivos campos de acção. E o conhecimento, num sentido cabal, é contacto efectivo entre pessoas. Dos bons resultados obtidos na avaliação final, poderá concluir-se acerca das reais potencialidades dos seus participantes.

3. Iniciei o presente relatório, destacando o seu teor prático. Radicalizando esta intenção, propus-me ir mais longe e, numa segunda etapa, contrastar as opiniões que fui formulando a partir da minha experiência como docente-orientadora, com os interesses e sensibilidade dos professores do ensino secundário. Assim surgiu a ideia de organizar um inquérito que concretizasse o conhecimento efectivo de tais interesses e sensibilidades. Os resultados obtidos têm de ser lidos com as devidas cautelas, pelo que sou a primeira a ter consciência de que o seu valor é meramente indicativo. A leitura dos comentários ao inquérito exige, obviamente, uma simultânea atenção, quer aos seus conteúdos, quer ao *tratamento percentual* que dele fizemos e que, em apêndice, acompanham este relatório. As remetências são constantes, como se verá. Aliás, no acto de apresentação deste trabalho, foi projectado em transparências, quer o *relatório*, quer o seu *tratamento percentual*, sendo portanto menos incómoda a sua percepção.

A amostragem abrange a área das escolas secundárias do Grande Porto (incluindo Gaia, Matosinhos, Maia, bem como a quase totalidade das Escolas do Porto). São, num total, cerca de uma centena de inquiridos, mais concretamente, 95. O leque da experiência docente é diversificado: inquirimos professores no seu primeiro ano de leccionação, até um máximo de 32; no entanto,

a grande maioria dos docentes inquiridos têm bastante experiência docente, numa média geral de 15 anos. A meu ver, este facto confere um inegável peso às respostas. No que respeita ao estágio pedagógico, encontramos a mesma diversidade, embora 70% dos inquiridos possuam já este estágio.

Para melhor poder trabalhar os dados obtidos, decidi agrupar as fichas de resposta, segundo a experiência docente dos inquiridos. Assim, surgiram 4 grupos, divididos da seguinte forma: um primeiro grupo, engloba os professores que ensinam pela primeira vez (são 13, correspondendo a 14%); um segundo grupo engloba os que têm experiência de, entre 1 e 9 anos (são 21, correspondendo a 22%); um terceiro grupo, engloba os que têm experiência entre 10 e 19 anos (são 35, correspondendo a 37%); finalmente, um quarto grupo, engloba os que ensinam há 20 ou mais anos (são 26, correspondendo a 27%).

4. Podemos passar à análise de cada um dos item que foram objecto deste inquérito. Abreviando, apenas sublinharei alguns daqueles resultados que me parecem como inequivocamente significativos.

A primeira pergunta do inquérito visa a *necessidade da formação permanente*: 94% dos inquiridos respondem positivamente, sem diferenças significativas entre os diversos grupos. O mesmo não acontece, quando se trata de responder à eventual incidência desta formação contínua na progressão da carreira docente. Com efeito, se, em termos globais, continua a haver uma grande maioria a favor desta incidência (84% dão uma resposta positiva) existem, no entanto, algumas diferenças entre os diversos grupos. Excepto no grupo 3 (professores com experiência docente entre 10 e os 19 anos), onde os valores são idênticos na *necessidade* e na *incidência na progressão da carreira* (97%), nos outros grupos, a diminuição de respostas afirmativas é um facto, quando da *necessidade* se passa à *incidência*.

A que motivações corresponderá tal diferença? À primeira vista, poder-se-ia pensar que esta resultaria de outros factores como, por exemplo, o do estágio pedagógico. Tal hipótese não é, no entanto, totalmente convincente.

Com efeito, repare-se que a diminuição do valor é praticamente igual no grupo 2 (onde só uma minoria de 10% tem estágio)

e no grupo 4 (onde a esmagadora maioria, pelo contrário, o possui). Não tenho elementos para responder: só um estudo mais aprofundado o poderá fazer, vindo até que ponto estamos perante uma situação derivada de factores de ordem estrutural, ou circunstancial. No entanto, parece-me interessante assinalar este ponto, que, por outro lado, em nada altera o sentido das respostas dadas: no cômputo geral, *4/5 dos professores inquiridos são a favor de uma formação permanente com incidência na progressão da carreira.*

A segunda questão reporta-se às *razões que tornam urgente a formação contínua.* No inquérito, foram indicadas 5 possíveis razões, sendo aos inquiridos solicitada a sua hierarquização de 1 a 5. Tais classificações numéricas foram, posteriormente, por mim somadas, e obtidas as respectivas médias. Nesse sentido, à média mais baixa corresponderá a primeira das prioridades.

Foi com o quadro dessas médias que, no fim, trabalhei. Em termos globais, comprova-se que a razão mais valorizada decorre da *exigência da docência*, seguida da do *desfazamento entre a preparação do docente do ensino secundário e a problemática filosófica actual.* Compreensivelmente, as razões menos valorizadas (as que no quadro obtêm valores quantitativos mais altos) são as que fazem referência à incidência do programa na formação contínua. Uma consideração dos valores obtidos por cada grupo mostra também que a *exigência de docência se destaca cada vez mais como razão prioritária, à medida que aumenta a experiência do docente.*

A terceira questão aborda *algumas das possíveis formas de formação contínua.* Dividi-a em 6 apartados, correspondendo cada um deles a um aspecto específico. No que se refere à *modalidade* da formação contínua, um pouco mais de metade dos inquiridos opta por uma *formação integrada na actividade curricular com avaliação.* Penso que esta é outra das grandes conclusões a tirar. Questionados acerca dos *momentos* que consideram adequados para a efectivação da formação contínua, os inquiridos distribuíram as respostas de forma globalmente uniforme entre as três opções que lhe foram apresentadas, com valores percentuais de 34 (ao longo do ano lectivo), 30 (em época especial) e 36 (em ano sabático). No que se refere às diferenças entre os grupos, talvez seja de destacar a diversidade entre os docentes com mais de 20 anos de serviço, resultando claramente, em termos de preferência, a formação ao longo do ano lectivo. Se agruparmos, também, os

outros docentes (com menos de 20 anos de serviço), verifica-se que a opção destacada é a do ano sabático.

A quarta questão refere-se à *entidade promotora da formação contínua*. Ressalta, das respostas, a quase igualdade entre a Universidade e a Direcção-Geral. Se, a alta percentagem de respostas obtidas pela opção Direcção-Geral é compreensível, dado o protagonismo que tem tido, pelo menos até ao momento, neste tipo de iniciativas, o mesmo não diria em relação à Universidade, o que leva a crer que as expectativas depositadas nesta instituição são grandes. Com efeito, a diferença percentual é mínima: 53% para a Direcção-Geral, 52% para a Universidade.

A quinta questão refere-se aos *conteúdos da formação contínua*; no inquérito, apenas se distinguem os critérios científicos dos critérios pedagógico-didácticos. Em termos globais, do total de opções assinaladas, *os conteúdos científicos correspondem a 63%* e os *pedagógico-didácticos a 37%*. No entanto, nem todos os grupos se ajustam a este esquema, uma vez que o grupo dos inquiridos com menos de 10 anos de docência apresenta uma relação inversa de preferências: aqui, embora com escassa diferença, a opção assinalada em maior número é a formação pedagógico-didáctica (54%). Como já disse, este é o grupo onde a percentagem de docentes com estágio é mais baixa (10%). Por outro lado, os discentes mais recentemente licenciados, "consideram ter uma actualização dos conteúdos científicos".

Em que medida estão ligados estes dois factores, como à primeira vista parece? Só um estudo mais profundo o poderia demonstrar.

A sexta questão reporta-se à *entidade que se deve responsabilizar pela orientação dos aspectos científicos da formação contínua*. Comprova-se que a esmagadora maioria, sem diferenças assinaláveis entre os diversos grupos, *aponta para a Universidade: esta recebeu 75% das respostas dadas*.

Finalmente, a sétima questão *visa o tipo de iniciativas a promover no seio da formação contínua*. As respostas não permitem mais conclusões, para além das hipóteses indicadas no inquérito. Mereceram todas apoio, de forma equilibrada. Assim, sem grandes diferenças a assinalar entre os diversos grupos, talvez mereça ser referida a circunstância de, aos cursos teóricos, corresponder sempre — entre os grupos e no total — os valores mais baixos. Os seminários e o apoio bibliográfico foram mais percentuados.

5. Conclusão

A despeito das limitações inerentes à prospecção levada a cabo; a despeito da minha experiência incipiente — aspecto que reiterarei ao longo desta intervenção —, julgo poder destacar algumas realidades inequívocas que, só por si, justificam a *inadiabilidade* do que me propus tratar. Passo a indicar sucintamente as referidas realidades:

A — A formação contínua é tida como uma necessidade urgente para a esmagadora maioria dos professores de filosofia: no inquérito, o número de respostas afirmativas corresponde a 94%.

B — Esta formação, integrada ou não na actividade escolar, deve ser avaliada: 70% das respostas obtidas vão neste sentido.

C — A formação é entendida prioritariamente como exigência decorrente da actividade docente, o que me parece constituir bom indício da maturidade com que os professores de filosofia encaram a sua actualização.

D — Será por isso que à Universidade é dado um papel relevante na formação contínua?

Não é apenas o número significativo de respostas relativas à pergunta sobre a entidade promotora que nos permite concluir favoravelmente. É também a alta percentagem atribuída à sexta questão, a saber, a quem se deve imputar a responsabilidade da formação científica: 3/4 das respostas apontam a Universidade. É, sem dúvida, uma percentagem significativa.

Recordo, aliás, que o Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto realizou, no ano passado, um inquérito aos seus licenciados, no triénio 1985/86/87. Os inquiridos, a respeito da eventualidade de a Faculdade organizar iniciativas de actualização científica, responderam massivamente a favor: 93%. Tal resultado está muito próximo dos 94% que obtive no meu inquérito. Além disso, 68% inscrever-se-iam, no caso de se tratarem de iniciativas organizadas todos os anos, e 25% no caso de tais iniciativas surgirem cada três anos. Como se vê, são valores interessantes, que podem completar, os do inquérito por nós realizado entre os professores de filosofia.

E — Na verdade, e no caso do inquérito por mim realizado, o *papel da Universidade* aparece intimamente relacionado com o *predomínio dado à formação científica*, na formação permanente do professor. No fundo, manifesta-se uma sensibilidade profissional dos docentes de filosofia, muito interessante. Para além dos valores percentuais obtidos, ressalta o binómio *formação científica - valorização do papel da Universidade*.

Creio ser esta, uma das mais significativas conclusões a extrair das respostas obtidas. Para a Universidade, tais respostas constituem uma gratificante responsabilização e desafio.

F — Finalmente, importa chamar a atenção para um último aspecto. A formação não deve ser organizada e levada a cabo de modo uniforme, como se não existissem interesses, carências, sensibilidades diferentes, entre os professores. Foram detectadas algumas dessas diferenças: com efeito, a consideração dos comportamentos de cada grupo, conforme os anos de docência, mostra claramente a necessidade de se ter em conta este factor, entre muitos outros não contemplados no inquérito, que abrange, reiteramos, tão só a zona do Grande Porto.

Vou terminar. De momento não posso ir mais longe. Os resultados do inquérito não o permitem. Creio, no entanto, que é importante ter consciência dos aspectos assinalados. Só por si, eles justificam a *inadiabilidade da formação contínua*; e, por exigência inerente, da nossa contínua habilitação universitária. É esta uma das tarefas a que hoje estamos chamados.

Maria José Cantista

Da formação contínua da Filosofia no Ensino Secundário

Número de docentes inquiridos	95
Número de docentes com 0 anos de serviço	13
Número de docentes com anos de serviço indicados	82
Média dos anos de serviço dos docentes que os indicam	15

ANOS DE SERVIÇO		0	1-9	10-9	20 ou +	Total
N.º de docentes inquiridos por grupos	%	0013 13.7	0021 22.1	0035 36.8	0026 27.4	0095 0100
Estágio pedagógico — resp. afirmativas	%	008 61.5	0002 09.5	0032 91.4	0025 96.2	0067 70.5
Necessidade da FC institucionalizada — respostas positivas	%	0012 92.3	0019 90.5	0034 97.1	0024 92.3	0089 93.7
Incidência da FC na progressão docente — respostas positivas	%	0011 84.6	0016 76.2	0034 97.1	0019 73.1	0080 84.2
Urgência da FC	exigência da docência	% 02.3	02.6	01.9	01.7	02.1
	insuficiência prep. univ.	% 02.6	03.5	03.3	02.8	03.1
	desfazamento prep./probl.	% 02.2	02.3	02.2	02.4	02.3
	desarticulação temas	% 03.7	02.8	03.6	04.1	03.6
	inadequação esp. saber	% 04.2	03.4	03.6	03.7	03.7
modalidade	integrada com avaliação	0008	0011	0023	0013	0055
	não integ. com avaliação	0000	0007	0005	0006	0018
modalidade	não integ. sem avaliação	0005	0007	0008	0011	0031
	integrada com avaliação	% 61.5	44.0	63.9	71.0	52.9
modalidade	não integ. com avaliação	% 00.0	28.0	13.9	11.0	17.3
	não integ. sem avaliação	% 38.5	28.0	22.2	43.3	29.8
momento	ao longo do ano lectivo	0005	0009	0014	20.0	0045
	em época especial	0004	0008	0013	36.7	0039
momento	em ano sabático	0004	0011	0022	0011	0048
	ao longo do ano lectivo	% 38.4	32.1	28.6	40.5	34.1
	em época especial	% 30.8	28.6	26.5	33.3	29.6
	em ano sabático	% 30.8	39.3	44.9	26.2	36.3
entidade promotora	universidades	0004	0009	0022	0017	0052
	direcção-geral	0006	0013	0018	0016	0053
	escola	0006	0008	0015	0007	0036
entidade promotora	outras	0002	0001	0001	0004	0008
	universidades	% 22.2	29.0	39.3	38.6	34.9
	direcção-geral	% 33.3	41.9	32.1	36.4	35.6
entidade promotora	escola	% 33.3	25.8	26.8	15.9	24.1
	outras	% 11.2	03.3	01.8	09.1	05.4
	científicas	0010	0012	0030	0020	0072
conteúdo FC	pedagógico-didácticos	0005	0014	0011	0012	0042
	científicas	% 66.7	46.2	73.2	62.5	63.2
	pedagógico-didácticos	% 33.3	53.8	26.8	37.5	36.8
orientação	universidades	0011	0013	0031	0020	0075
	ESE	0001	0005	0006	0006	0018
	outras	0001	0003	0003	0000	0007
orientação	universidades	% 84.6	61.9	77.5	76.9	0075
	ESE	% 07.7	23.8	15.0	23.1	0018
	outras	% 07.7	14.3	07.5	00.6	0007
tipos inic.	cursos teóricos	0003	0009	0017	0014	0043
	seminários	0009	0015	0028	0017	0069
	apoio bibliográfico	0009	0015	0019	0018	0061
tipos inic.	cursos teóricos	% 14.2	23.0	26.6	28.6	24.8
	seminários	% 42.9	38.5	43.7	34.7	39.8
	apoio bibliográfico	% 42.9	38.5	29.7	36.7	35.38

INQUÉRITO

A formação contínua da Filosofia no Ensino Secundário

1. Elementos de identificação

Ano de licenciatura _____/ Número de anos de prática docente _____
Estágio pedagógico: Sim ___ / Não ___

Nome da Escola:

2. Necessidade da reciclagem

Considera necessária a reciclagem institucionalizada: Sim ___ / Não ___
Considera que a recicl. deve ter incidência na progressão docente: Sim___/Não___

3. Urgência da reciclagem

Que factores considera como determinantes na urgência de uma reciclagem?
(assinale as prioridades indicando 1, 2, 3, 4, 5)

- exigência da actividade docente _____
- insuficiência da preparação universitária _____
- desfazamento entre a preparação do docente do ensino secundário e a problemática filosófica actual _____
- desarticulação dos temas do programa _____
- inadequação dos temas do programa à especificidade do saber filosófico _____

4. Formas de reciclagem

4.1. Modalidade:

- integrada na actividade curricular *com* avaliação _____
- não integrada na actividade curricular *com* avaliação _____
- não integrada na actividade curricular *sem* avaliação _____

4.2. Momento:

- ao longo do ano lectivo _____
- em época especial _____
- em ano sabático _____

4.3. Entidade promotora:

- Universidades _____
- Direcção-Geral _____
- Escola _____
- Outras entidades:

4.4. Conteúdos da reciclagem que considera mais urgentes:

- Científicos _____
- Pedagógicos-didácticos _____

4.5. Orientação da reciclagem científica:

- Universidades _____
- Escolas Superiores de Educação _____
- Outras entidades:

4.6. Tipos de iniciativas:

- Cursos teóricos _____
- Seminários _____
- Apoio bibliográfico regular sobre temas do programa (selecção bibliográfica actualizada acompanhada de resumos) _____

Observações